



JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

O Decreto nº 10.024/2019 regulamenta a licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, porém, a norma admite a adoção do pregão na forma presencial em hipótese de comprovada inviabilidade da sua realização no modo eletrônico, senão vejamos:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

§ 2º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, nos termos do regulamento interno de que trata o [art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016](#), poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto, inclusive o disposto no Capítulo XVII, observados os limites de que trata o art. 29 da referida Lei.

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

§ 4º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma de pregão presencial nas licitações de que trata o caput ou a não adoção do sistema de dispensa eletrônica, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Verifica-se, portanto, que o § 3º do dispositivo supramencionado permite que a Administração Pública escolha a modalidade de licitação a ser utilizada, optando pelo Pregão na forma Presencial quando a aquisição ou contratação de serviços comuns não utilizarem recursos da União, decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse. De igual modo, o § 4º autoriza a realização do Pregão na forma Presencial desde que a escolha seja previamente justificada e fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica.

Cabe mencionar que o processo licitatório pretendido preenche todos os requisitos para ser realizado na modalidade de Pregão na forma Presencial, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Estadual nº 6.474/2002, Decreto Estadual nº 199/2003, Instrução Normativa Nº 206/2019, pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.



Isso ocorre porque os recursos a serem utilizados na contratação não são oriundos de transferências voluntárias da União, além do mais, resta comprovada a desvantagem da administração em realizar o pregão na forma eletrônica, pois a aquisição se faz necessário para a secretaria de Secretaria de Saúde, para sanar eventuais reparos e adaptações na estrutura física dos prédios públicos administrados pela secretaria de saúde, assim como, das unidades de saúdes e centros de saúdes, tanto na sede quanto na zona rural do município.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos.

Pois bem. Conforme orientação da legislação pertinente, apresenta-se justificativa para a não utilização do pregão na sua forma eletrônica, optando-se pela modalidade de pregão presencial, destinado ao Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança, pelas seguintes razões.

Considerando, que as despesas oriundas deste procedimento, seus originários de recursos próprios do Município, logo, cabe a administração municipal escolher a forma da modalidade de pregão, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, desde que cumpra todos os aspectos legais estipuladas pelas leis outra citadas;

Considerando, que o atendimento rápido e eficaz no que se refere a entrega dos materiais se faz necessário, uma vez que as entregas deverão ser entregues nos locais onde serão realizadas as devidas reformas e manutenções tanto na sede como na zona rural do município, uma vez que a secretaria não dispõe de um espaço físico para receber esse tipo de material onde se possa estocar para realizar as distribuições dos mesmos, e ainda que as compras serão feitas de forma parcelada, conforme as demandas da Secretaria de Saúde, logo participação preferencialmente das licitantes da região e/ou do estado do Pará supriria as necessidades desta administração. Por outro lado, a realização do pregão sua forma eletrônica com ampla concorrência a nível nacional tornaria os serviços muito mais oneroso para administração, pela logística necessária para execução contratual, além da demora no atendimento das ordens de compra, bem como, na troca dos materiais com vícios ou defeituosos trazendo grande prejuízos a administração no que tange o atendimento das demandas, assim como, na continuidade dos seus trabalhos oferecidos a população através da Secretaria de Saúde.

Considerando, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2020/TCMPA, de 15 de abril de 2020. Especificamente no item 8, que trata *DA FLEXIBILIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS QUANDO DA ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO – PRESENCIAL OU ELETRÔNICO – CONFORME INTELIGÊNCIA DO ART. 4º-G, DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020*: O tribunal vem orientar os seguintes pontos;

[Assim, o TCMPA, por intermédio desta Nota Técnica, recomenda a seus jurisdicionados, acerca da utilização do Pregão que, em caso de despesas a serem realizadas com a fonte de recursos oriundas de Recursos Próprios, cabe ao Gestor, em atendimento ao artigo 4-G, da Lei Federal nº 13.979/2020, optar pela modalidade presencial ou eletrônica do Pregão, sem prejuízo da competente fundamentação, a qual se estabeleça a partir do atendimento de forma célere o enfrentamento da pandemia, bem como a devida avaliação da real situação do município, observados os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, legalidade e probidade administrativa,



porém, não deixando de observar as medidas de prevenção e isolamento social determinadas pelo poder público durante a pandemia em voga, pois o tipo Pregão Presencial demanda mais risco de contágio a todos os envolvidos para atuar nas sessões públicas] grifo deles.

E ainda; vem concluir;

[Nesse contexto, por fim, orienta-se aos gestores que avaliem a real situação presenciada na municipalidade, ponderando-se sobre os princípios norteadores das condutas dos administradores públicos e a garantia aos interesses e proteção à coletividade e aos direitos fundamentais inseridos na Constituição Federal, adotando-se preferencialmente o pregão eletrônico e utilizando-se, na sua inviabilidade, o pregão presencial, resguardas todas as medidas de segurança necessárias ao enfrentamento da pandemia] grifo deles.

Considerando, que não se trata de um procedimento regido de lei 13.979/2020, e estendendo esse entendimento para os demais processos onde não estar ligado com combate direto ao enfrentamento da covid-19, e ainda, levando em consideração a estabilidade da pandemia em nosso estado e no município de Bragança, e ainda o avanço da vacinação em nossa região e tomando todas as medidas desse segurança, optamos pela utilização do pregão na forma presencial.

Considerando, que o Pregão na forma presencial, atinge o seu objetivo, tal quanto na sua forma eletrônica, qual seja garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e economicidade, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam aos requisitos exigidos, e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mediante sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, além de ser eminentemente público e aberto, não resultando desta forma qualquer prejuízo para a Administração;

Considerando, que o procedimento, tem-se a observância da ampla publicidade e divulgação deste certame, na forma do disposto no art. 21 da Lei 8.666/93, sendo publicado em Diário Oficial da União, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios do estado do Pará, portal transparência do município, Portal dos Jurisdicionados do TCM/Pa, quadro de aviso da Prefeitura, o que assegura a propagação do conhecimento e ciência da intenção da Administração Pública em realizar a contratação do objeto, proporcionando, conseqüentemente a participação de diversos licitantes, imprimindo portanto, a ampla competitividade buscada em seara licitatória.

Por isso, procede-se à realização na forma presencial para casos excepcionais, buscando-se manter a ampla competitividade, com a obtenção da melhor oferta para a Administração Pública, com à ampla divulgação para o atingimento de número maior possível de licitantes, de modo que o resultado final não sofra interferência pelo meio escolhido para a regência do certame.



PROTOCOLO DE SEGURANÇA PARA SESSÃO EM COMBATE A COVID-19

CONSIDERANDO: que grande parte da população já estarem vacinadas com a segunda dose contra a COVID-19, no estado do Pará e no Município de Bragança.

CONSIDERANDO: A necessidade de manter a integridade física dos servidores desta administração bem como dos seus usuários, e ainda, continuar os trabalhos de prevenção e combate a Covid-19, para que o índice de pessoas contagiadas pela doença infectocontagiosa continue diminuindo ou se mantendo estável.

É que estabelecemos os protocolos de segurança para este certame.

- Os licitantes terão que manter o distanciamento social de 1,5m entre si;
- Os licitantes obrigatoriamente deverão estar usando máscaras de proteção e luvas;
- Não será admitido licitante que não estejam usando máscaras de proteção e luvas;
- Não será permitido compartilhamento de objetos na sessão pública sito: Canetas, parelhos eletrônicos, laptops, tablets, celulares, calculadoras e outros;
- Será obrigatório o uso de álcool em gel na entrada sessão e durante o manuseio dos envelopes de documentação e propostas.

Atenciosamente;





Pregão Presencial N° 9/2022-004

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2022-004 SRP

Razão Social: _____
CNPJ N°: _____
Enderenço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____
Pessoa Para Contato: _____

Retiramos cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, através do acesso a página da internet <http://www.tcm.pa.gov.br/>, que tem como objeto o **Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança.** Abertura: 25/01/2022, às 08:30 h. Local: Sala de reuniões da CPL com sede na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro Riozinho, cidade de Bragança/PA.

Cidade _____, Dia _____, Mês _____ de 2022

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Bragança/PA e as empresas licitantes, solicito aos interessados o preenchimento do recibo de retirada de edital, remetendo-o a comissão de Licitação por e-mail (cplbraganca2017@hotmail.com). O encaminhamento deste recibo, em até 24 horas antes da abertura da sessão, garante a empresa comunicação futura em caso de alteração de datas ou conteúdo de edital.

Informo que a comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, será repassada a todas as licitantes que nos remeterem o presente recibo, ressaltamos que a não remessa exime o pregoeiro de quaisquer responsabilidades acima mencionadas.

Bragança, 10 de janeiro de 2022.

MANOEL PADILHA DO VALE

Pregoeiro/Decreto nº 018/2022



PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022-004
Processo Administrativo nº 20210712001

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022-004 SRP

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**, por meio do **PREGOEIRO** designado pelo Decreto nº 018/2022, sediada na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro Riozinho, cidade de Bragança/PA procederá ao recebimento e à abertura de propostas referentes ao Procedimento Licitatório, na modalidade **PREGÃO, na forma PRESENCIAL, Nº 9/2022-004**, tipo “**MENOR PREÇO**”, visando o **Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança**, conforme especificações e quantitativos deste edital e seus anexos, sob o comando da Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000 bem como, pela Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial

Tipo de Licitação: Menor preço por item

Regime de Execução: Por item

Data de abertura: 25/01/2022

Horário: 08:30 horas

Local: Prefeitura do Município de Bragança/PA – Sala de Licitações, localizada na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro Riozinho, cidade de Bragança/PA.

1. DO OBJETO:

1.1 Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança.

2 CONSTITUEM ANEXOS DO EDITAL E DELE FAZEM PARTE INTEGRANTE

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta da ATA;

Anexo III - Minuta do Contrato;

Anexo IV - Minuta da Carta de Apresentação da Documentação;

Anexo V - Minuta de Carta Proposta;

Anexo VI - Declaração (cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

Anexo VII - Minuta da declaração com base no disposto na lei complementar nº 123/2006 e alterações posteriores;

Anexo VIII - Minuta da declaração com base no art. 4º, VII, da lei federal nº. 10.520/2002;

Anexo IX - Declaração de qualidade e responsabilidade do produto ofertado;

Anexo X- Declaração de elaboração independente de proposta (Anexo X);

Anexo XI - Declaração de pleno conhecimento das condições editalícias (Anexo XI).

3 DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que exercem as atividades definidas no objeto deste certame, quanto às empresas que se enquadrarem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em que deverá ser comprovado mediante apresentação de **Declaração**, nos termos do modelo que consta do Anexo VI deste Edital,

CNPJ: 04.873.592/0001-07

Rua 13 de Maio, s/n- Bairro: Centro

CEP: 68.600-000 • Bragança – Pará – Site: www.braganca.pa.gov.br



firmada pelo representante legal da empresa, ratificando não haver nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º, da referida lei. A não entrega desta declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na supracitada;

3.2.1 A declaração em questão deverá ser entregue à Equipe de Apoio do Pregoeiro logo no início da sessão de abertura, antes e separadamente dos envelopes (Proposta e Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006;

3.2.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas;

3.3 Não serão admitidas nesta licitação a participação de:

3.3.1 Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores; em dissolução ou em liquidação;

3.3.2 Que estejam com o direito suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.3.3 Que estejam reunidas em consórcio, ou seja, controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.3.4 Estrangeiras que não funcionem no País.

4 DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.2 proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório e venha a responder por sua representada;

4.2.1 É indispensável à presença do licitante ou seu representante legal até o final da sessão pública do pregão;

4.3 Os documentos que instruem o credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro fora do envelope;

4.2.1. O credenciamento entregue ao Pregoeiro deverá conter:

a) Carteira de identidade em original e xérox, ou outro documento equivalente com fotografia;

b) Instrumento de procuração pública ou particular (se particular, reconhecida em cartório);

c) Cópia do Estatuto ou Contrato Social ou Requerimento Individual de Empresário, comprovando a legitimidade do outorgante. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social ou Requerimento Individual de Empresário, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

d) Carta de Apresentação de Documentação (Anexo IV);

e) Declaração (Anexo VIII), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõem a artigo 4º, inciso VII, da Lei nº. 10.520/02, e artigo 11, inciso IV, do Decreto Federal nº. 3555/00;

f) Declaração de enquadramento como MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ANEXO VII) sob pena dos efeitos do Item 2.2 do Edital;

g) Declaração (cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal) - Anexo VI;

h) Declaração de elaboração independente de proposta (Anexo X);

i) Declaração de pleno conhecimento das condições editalícias (Anexo XI).

4.3. O instrumento de procuração descrito na alínea “b” do item 3.2.1, acima deverá ter firma reconhecida, com amplos poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, incluindo poderes para formular lances, em nome do proponente;

4.4. Não serão admitidos o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma licitante;

4.5. O credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos licitantes neste Pregão;

4.6. Os documentos do credenciamento poderão ser entregues em cópia autenticada ou cópia simples com a exibição do original para autenticação pela Equipe de Apoio, desde que o faça até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS



- 5.1. Até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, de acordo com o disposto no art. 12, caput, do Decreto Federal nº. 3.555/00;
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no art. 12, § 1º do Decreto Federal nº. 3.555/00;
- 5.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas;
- 5.4. Não será conhecida impugnação interposta fora do prazo legal ou sem documentos que comprovem a devida representatividade legal do impugnante, seja como cidadão ou licitante.
- 5.5. O pedido de solicitação de Impugnação se dá totalmente **PRESENCIAL**, a CPL não se responsabiliza por solicitação (envio de documentos) encaminhados para o e-mail da comissão de licitação;
- 5.6. O pedido de impugnação deverá ser protocolado na recepção da Secretaria de Administração e Finanças, sito no mesmo prédio da Prefeitura Municipal de Bragança, acompanhada dos documentos que comprovem a devida representatividade legal do impugnante, o pedido deverá conter informações de e-mail e números telefônicos para que a CPL entre em contato para dar resposta sobre o referido pedido.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO

- 6.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 02 (dois) envelopes lacrados e rubricados no fecho, com as seguintes inscrições:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTAS DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022-004 SRP
PROPONENTE (Nome completo da empresa)
CNPJ/MF Nº

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022-004 SRP
PROPONENTE (Nome completo da empresa).
CNPJ/MF Nº

7. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 7.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será pública e dirigida pelo Pregoeiro, na data, horário, local e nos termos determinados neste Edital, devendo os invólucros ser entregues lacrados da seguinte forma:
 - 7.1.1. O Envelope nº 01 (**Proposta de Preços**) - Conforme item 5.1 deste Edital;
 - 7.1.2. O Envelope nº 02 (**Documento de Habilitação**) – Conforme item 5.1, deste Edital.
- 7.2. Declarada à abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos invólucros;
- 7.3. Serão abertos os invólucros contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 01)

- 8.1. A PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ SER APRESENTADA:

- a) Em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) Datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente;
- c) Organizada por qualquer outro meio que possibilite o deslocamento das folhas que a compõem, devendo ainda, estar devidamente numeradas preferencialmente no canto inferior direito. Não serão aceitas propostas avulsas ou fixadas por cliques.

8.1.1. O conteúdo da proposta deverá conter:

- a) Carta Proposta da Licitante (Anexo V), com nome ou razão social, endereço completo e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;



- b) Declaração de Qualidade e Responsabilidade do Produto Ofertado (Anexo IX);
- d) Endereço completo, telefone, número de conta corrente e endereço eletrônico (e-mail) para contato;
- e) Especificações do material/produto de forma clara, descrevendo detalhadamente a especificação de MARCA e, no que couber, a inclusão de procedência, prazo de garantia e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem os materiais;
- f) Preço unitário e total, em algarismo e por extenso para os bens descritos no item 02, do Termo de Referência (Anexo I), sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- g) Prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Expressa manifestação de inclusão no preço ofertado de todos os impostos, taxas, despesas de transporte, seguro, carga e descarga, bem como quaisquer outras despesas relacionadas com o fornecimento proposto;
- i) Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último;
- j) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- k) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

8.2. DA APRESENTAÇÃO DA NOVA PROPOSTA

- a) A (s) empresa (s) arrematante (s) deverá (ão) apresentar no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a proposta definitiva com os preços dos itens arrematados. A não entrega da proposta pela licitante incidirá na desclassificação da mesma e na imediata convocação da segunda colocada, na ausência desta convocar-se-á a próxima.

8.3. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

- 8.3.1. O julgamento da proposta será efetuado pelo critério menor preço, sendo classificada pelo Pregoeiro a licitante que apresentar proposta de preços em consonância com o item 7 e as demais licitantes que apresentarem propostas com preços até 10 % (dez por cento) superior àquela de menor preço;
- 8.3.2. Caso não seja verificado, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições do item;
- 8.3.1., serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três propostas;
- 8.3.3. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
- 8.3.4. Os lances deverão ser formulados a partir da maior proposta apresentada;
- 8.3.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste Edital;
- 8.3.6. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
- 8.3.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- 8.4. Em cumprimento aos artigos 44 e 45, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, será observada o seguinte:
 - 8.4.1. Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;
 - 8.4.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
 - 8.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.4.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



- 8.4.4. Ocorrendo o empate a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 8.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 8.4.6. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.4.4, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.4.2 na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.4.7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do item acima o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 8.4.8. O disposto nos subitens 7.4.4 e 7.4.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 8.4.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua forma ou denominação as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade (art. 72, da Lei 123/2006);
- 8.5. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.6. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
- 8.7. Para fins de julgamento das propostas, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio levarão em conta o critério de menor preço, sendo declarado vencedor aquele que apresentar, após os procedimentos previstos neste Edital, o menor preço sobre a menor proposta formulada antes da fase de formulação dos lances;
- 8.8. Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida;
- 8.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou, ainda, os preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado;
- 8.10. No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, conforme previsto no artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93;
- 8.11. Não serão consideradas qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos;
- 8.12. Nas situações previstas nos itens 7.3.7 e 7.5, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
- 8.13. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;
- 8.14. Em cumprimento com a Lei Complementar nº. 147, de 07/08/2014, para as microempresas e empresas de pequeno porte, será observado:
- 8.14.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 8.14.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame e adjudicado o objeto a seu favor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa;
- 8.14.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Prefeitura Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- 8.15. Da reunião lavrar-se-á ata, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante(s) vencedor (es).



9. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS:

- a) Grampeados ou encadernados;
- b) Rubricados e numerados preferencialmente no canto inferior direito e lacrados, dentro de um envelope.

9.1. HABILITAÇÕES JURÍDICAS

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;
- e) Cédula de identidade e CPF do proprietário e dos respectivos sócios se houver;
- f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FIC), pertinente ao seu ramo de atividade do objeto, atualizada do ano de 2022;

Obs.: O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.

9.2. REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no CNPJ, vigente na data de abertura desta licitação;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, fornecida, respectivamente, pela Caixa Econômica Federal e Receita Federal, vigente na data da abertura desta licitação;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da Certidão de Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Certidão de quitação de Tributos e contribuições Federais Administrativos pela Secretaria da Receita Federal, da sede do licitante, vigente na data de abertura desta licitação;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa, ou Positiva, com efeito, de Negativa ou de Regularidade Fiscal da sede da Licitante vigente na data de abertura desta licitação;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, através de Certidão Negativa ou da Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pelo Município da sede do Licitante, vigente na data de abertura desta licitação;
- f) Certidão negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. Acompanhando da Certidão de Débitos e Consulta de Autos de Infração, e ainda, da relação dos processos incluídos no banco nacional de devedores trabalhistas, em prazo de regularização com data de emissão não superior a 30 dias da abertura do certame;

9.2.2. Os documentos emitidos pela INTERNET, somente serão aceitos dentro do prazo de validade e após a confirmação da autenticidade nos respectivos sites pela CPL;

9.2.3. Todas as certidões emitidas pela Internet deverão vir acompanhadas de suas respectivas autenticidades emitidas pelo site oficial do órgão expedidor, com data de sua emissão durante o período de publicação deste edital, até a abertura do processo licitatório.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- a) Certidão Judicial Cível Negativa de falência e recuperação judicial (concordata), expedida pelo Tribunal de Justiça de 1ª e 2ª Grau e nos juizados especiais do Estado do domicílio fiscal da empresa licitante.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registro na Junta Comercial da sede da empresa, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, registrado na JUCEPA ou na Junta Comercial da sede da licitante;



b1) Os documentos relativos ao Balanço Patrimonial deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador ou técnico contábil, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador ou técnico contábil e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade-CRC são indispensáveis, nos termos da Resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial competente conforme a Resolução CFC nº 1330/2011 e alterações, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, vir acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, da Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, da Certidão de Regularidade Profissional do Contador, Certificando que o profissional identificado no presente documento encontra-se em Situação REGULAR neste Regional, contendo número, validade e finalidade do contador;

b2) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

b3) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

b4) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

b5) As empresas recém constituídas, com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenha Balanço Final de exercício, deverão apresentar Balanço de abertura e/ou Demonstração de Resultado contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, devidamente registrados na Junta Comercial.

b6) Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável por esta, assim apresentados:

b6.1) publicados em Diário Oficial ou;

b6.2) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

b6.3) por Comprovação por meio de recibo de entrega emitido pelo Sistema Pública de Escrituração Digital-SPED, conforme Decreto nº 8.683, de 25/02/2016.

9.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação da qualificação técnica deverá ser feita através de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica comprovando que já forneceu os produtos compatíveis com objeto deste certame com assinatura reconhecida em cartório, acompanhado de cópias das notas fiscais e/ou do contrato administrativo, afim de que se averigüe a veracidade do atestado.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

10.1. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;



10.2. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame;

10.3. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas;

10.4 Os documentos solicitados nos itens 9.2. c), d) e f) deverão ser apresentados no nome da empresa licitante e de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário

10.5. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, que deverá ser encaminhado ao Pregoeiro no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, após decorridos o prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor;

11.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante no preâmbulo deste edital, nos dias úteis, no horário de 9h às 14h. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por e-mail e vencidos os respectivos prazos legais.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Na licitação para sistema de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme dispor o §2º do artigo 7º. Do Decreto Federal nº 7.892/2013.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do **Pregão Presencial nº 9/2022-004**, a Prefeitura municipal poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Prefeitura Municipal;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

III – Multa de 15% sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total e 10% no caso de inexecução parcial, as quais serão apuradas proporcionalmente aos prejuízos causados a contratante.

13.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

13.3. As sanções previstas no inciso I poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;



13.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa responsável pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

13.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de prestadores da entidade contratante e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

14. DA ADJUDICAÇÃO

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Ordenadora de Despesa para homologação;

15.2. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

15.3. É facultado a Secretaria Ordenadora de Despesas, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem 14.2, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

15.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

16. EXECUÇÃO, PRAZO E ENTREGA

16.1. DA EXECUÇÃO

16.1.1. O objeto do edital deverá ser fornecido de acordo com a necessidade do Órgão Requisitante, com a respectiva ordem de compra do item vencedor, onde o fornecimento do objeto deverá ser atestado pelo servidor responsável pelo órgão requisitante, o qual fará a verificação, conforme a ordem de compra e nota fiscal emitida pela licitante vencedora.

16.2. DO PRAZO

16.2.1. Prazo de Entrega/Contratual: O prazo de entrega será imediatamente a assinatura do contrato, de acordo com a ordem de compra emitida pelo setor competente.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.



18. DO CONTRATO

18.1. A Prefeitura Municipal realizará rigorosa fiscalização na execução do contrato a ser firmado, na forma da minuta anexa a este Edital – Anexo II;

18.2. O contrato terá a vigência a partir da sua assinatura e ficará adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, caput, II da Lei 8.666/93.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

b) Responder por todos os ônus referentes à execução dos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e Comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;

c) Executar os serviços no local e no prazo indicado pela CONTRATANTE;

d) Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;

e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

f) Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos materiais, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do documento fiscal, conferência dos serviços realizados e o atesto na nota pelo setor responsável.

20.2. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.

20.3. Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirá juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, *pro rata* dia.

21. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

21.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Prefeitura Municipal, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;

21.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

21.2.1. A rescisão no Contrato poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da Prefeitura Municipal nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que conveniência para a Prefeitura Municipal;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

21.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

22. PRAZOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal.



22.2. A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, sujeitará o proponente vencedor à aplicação da penalidade de suspensão temporária, conforme item 12 deste Edital.

23. DO REAJUSTE

23.1. Não haverá reajuste de valores, cuja periodicidade de aplicação seja inferior a 01 (um) ano. A data considerada como inicial é a assinatura do Contrato;

23.2. Caso seja necessário prorrogar o contrato, poderá ocorrer reajustamento de todas as despesas com o fornecimento dos materiais, fretes e mão-de-obra necessária, ferramental, equipamentos, assistência técnica, administração, cessão técnica, licenças inerentes às especialidades, inclusive encargos sociais, tributos e seguros, conforme previsto em contrato;

23.3. A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida de acordo com a variação do índice indicado no contrato;

23.4. O critério de reajuste deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida à adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, desde a data prevista para apresentação da proposta.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As (os) Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na Legislação Brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

24.2. Os serviços deverão ser fornecidos rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

24.3. Fica assegurado ao PREGOEIRO, o direito de:

a) Adiar a data de abertura da presente licitação, em situação de força maior e ou caso fortuito dando conhecimento aos interessados;

b) O pregoeiro poderá sugerir a autoridade competente à anulação ou a revogação, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

c) Alterar as condições deste edital ou qualquer documento pertinente a este pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, em caso de alteração da proposta;

24.4. A participação neste pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do edital, bem como, observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

24.5. A contratada ficará responsável, por quaisquer danos, que venha causar a terceiros ou o patrimônio da entidade de licitação, durante a prestação dos serviços ou entrega dos produtos, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da entidade de licitação;

24.6. Os documentos valerão nos prazos que lhe são próprios, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias contados da sua expedição;

24.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição;

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Bragança/PA, para dirimir qualquer dúvida oriunda desta licitação.

Bragança/PA, 10 de janeiro de 2022.

Manoel Padilha do Vale
Pregoeiro/Decreto 018/2021



Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.2. O presente Termo de Referência tem por objeto selecionar, para contratação, empresa (s) especializada (s) no eventual fornecimento de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO**, que visam atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nos distintas Unidades e Centros de Saúde, neste município de Bragança-PA, conforme especificado neste Termo de Referência.

2 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

2.1. Os materiais deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	V. MÉDIO	V. ESTIMADO
1	LONA - LONA VINÍLICA	Unidade	20	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
2	LUVA PROTEÇÃO - LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL RASPA DE COURO,	Par	50	R\$ 26,48	R\$ 1.324,00
3	LUVA INDUSTRIAL, MATERIAL PVC	Par	400	R\$ 30,00	R\$ 12.000,00
4	PISTOLA DE PINTURA	Unidade	5	R\$ 252,80	R\$ 1.264,00
5	TUBO GALVONIZADO 1.1/4	Unidade	80	R\$ 316,17	R\$ 25.293,60
6	TELA METÁLICA - TELA GALVANIZADA	Metro Quadrado	100	R\$ 59,35	R\$ 5.935,00
7	PROLONGADOR DE PINTURA 3 M	Unidade	150	R\$ 39,52	R\$ 5.928,00
8	ASSENTO SANITÁRIO PLÁSTICO	Unidade	75	R\$ 62,34	R\$ 4.675,50
9	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20 MM	Unidade	1.000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
10	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32X25 MM	Unidade	1.000	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
11	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 40X32 MM	Unidade	1.000	R\$ 2,25	R\$ 2.250,00
12	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 50X40 MM	Unidade	1.000	R\$ 3,16	R\$ 3.160,00
13	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 60X50 MM	Unidade	1.000	R\$ 12,90	R\$ 12.900,00
14	CAIXA D'ÁGUA DE 2000L	Unidade	20	R\$ 1.793,92	R\$ 35.878,40
15	CAIXA D'ÁGUA DE 3000L	Unidade	20	R\$ 2.000,00	R\$ 40.000,00
16	CAIXA D'ÁGUA DE 5000L	Unidade	10	R\$ 1.951,61	R\$ 19.516,10
17	ANEL DE VEDAÇÃO DE SILICONE PARA VASO	Unidade	500	R\$ 10,90	R\$ 5.450,00
18	Caixa De Descarga Plastica	Unidade	75	R\$ 40,65	R\$ 3.048,75



19	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 20MM	Unidade	500	R\$ 3,16	R\$ 1.580,00
20	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 25MM	Unidade	500	R\$ 4,78	R\$ 2.390,00
21	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 32MM	Unidade	100	R\$ 9,32	R\$ 932,00
22	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 40MM	Unidade	500	R\$ 11,12	R\$ 5.560,00
23	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 50MM	Unidade	500	R\$ 22,00	R\$ 11.000,00
24	CURVA HIDRÁULICA DE 90° DE 60MM	Unidade	500	R\$ 29,48	R\$ 14.740,00
25	LUVA HIDRÁULICA 20MM	Unidade	500	R\$ 1,44	R\$ 720,00
26	LUVA HIDRÁULICA 25MM	Unidade	500	R\$ 1,44	R\$ 720,00
27	LUVA HIDRÁULICA 32MM	Unidade	500	R\$ 2,14	R\$ 1.070,00
28	LUVA HIDRÁULICA 40MM	Unidade	500	R\$ 4,90	R\$ 2.450,00
29	LUVA HIDRÁULICA 50MM	Unidade	200	R\$ 5,45	R\$ 1.090,00
30	LUVA HIDRÁULICA 60MM	Unidade	200	R\$ 17,69	R\$ 3.538,00
31	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 20MM	Unidade	1.000	R\$ 1,01	R\$ 1.010,00
32	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 25MM	Unidade	1.000	R\$ 1,51	R\$ 1.510,00
33	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 32MM	Unidade	1.000	R\$ 3,83	R\$ 3.830,00
34	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 40MM	Unidade	1.000	R\$ 4,94	R\$ 4.940,00
35	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 50MM	Unidade	1.000	R\$ 6,59	R\$ 6.590,00
36	JOELHO HIDRÁULICO DE 90° DE 60MM	Unidade	1.000	R\$ 27,14	R\$ 27.140,00
37	FITA VEDA ROSCA 18 MM X 50 M	Unidade	1.000	R\$ 7,20	R\$ 7.200,00
38	REGISTRO DE PRESSÃO DE 20MM	Unidade	300	R\$ 12,33	R\$ 3.699,00
39	REGISTRO DE GAVETA DE 25MM	Unidade	75	R\$ 43,40	R\$ 3.255,00
40	TORNEIRA PARA JARDIM	Unidade	100	R\$ 6,48	R\$ 648,00
41	TORNEIRA CROMADA PARA LAVATÓRIO	Unidade	75	R\$ 51,50	R\$ 3.862,50
42	PARAFUSO INOX COM BUCHA PARA VASO SANITÁRIO	Par	500	R\$ 8,26	R\$ 4.130,00
43	PIA DE FIBRA DE 1M D'FIBRA	Unidade	50	R\$ 178,00	R\$ 8.900,00
44	PIA INOX DE 1,05M	Unidade	50	R\$ 295,18	R\$ 14.759,00
45	SIFÃO FLEXÍVEL	Unidade	400	R\$ 12,15	R\$ 4.860,00
46	TÊE HIDRÁULICO DE 90° DE 25MM	Unidade	1.000	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
47	TÊE HIDRÁULICO DE 90° DE 40MM	Unidade	100	R\$ 10,08	R\$ 1.008,00
48	TÊE HIDRÁULICO DE 90° DE 60MM	Unidade	100	R\$ 24,98	R\$ 2.498,00



49	TUBO HIDRÁULICO DE 20 MM PVC	Unidade	100	R\$ 22,83	R\$ 2.283,00
50	TUBO HIDRÁULICO DE 25MM PVC	Unidade	100	R\$ 29,83	R\$ 2.983,00
51	TUBO HIDRÁULICO DE 40MM PVC	Unidade	100	R\$ 78,08	R\$ 7.808,00
52	TUBO HIDRÁULICO DE 60MM PVC	Unidade	100	R\$ 168,74	R\$ 16.874,00
53	TUBO DE ESGOTO DE 40MM PVC	Unidade	100	R\$ 47,48	R\$ 4.748,00
54	TUBO DE ESGOTO DE 75MM PVC	Unidade	100	R\$ 93,00	R\$ 9.300,00
55	TORNEIRA SIMPLES 15 CM	Unidade	75	R\$ 14,90	R\$ 1.117,50
56	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO	Unidade	80	R\$ 27,00	R\$ 2.160,00
57	JOELHO DE 90° PARA ESGOTO DE 40MM	Unidade	1.000	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
58	JOELHO DE 90° PARA ESGOTO DE 50MM	Unidade	1.000	R\$ 3,67	R\$ 3.670,00
59	JOELHO DE 90° PARA ESGOTO DE 75MM	Unidade	200	R\$ 5,67	R\$ 1.134,00
60	ESPUDE PARA LIGAÇÃO DE VASO SANITÁRIO	Unidade	500	R\$ 4,92	R\$ 2.460,00
61	KITS PARA BANHEIRO (QUATRO PEÇAS)	Unidade	50	R\$ 57,74	R\$ 2.887,00
62	ADESIVO PLÁSTICO DE PVC 75G	Unidade	100	R\$ 8,95	R\$ 895,00
63	BACIA SANITÁRIA + CAIXA ACOPLADA	Unidade	100	R\$ 368,48	R\$ 36.848,00
64	ADAPTADOR CURTO DE 20MM	Unidade	1.000	R\$ 1,55	R\$ 1.550,00
65	ADAPTADOR CURTO DE 25MM	Unidade	1.000	R\$ 1,21	R\$ 1.210,00
66	ADAPTADOR CURTO DE 32MM	Unidade	1.000	R\$ 2,70	R\$ 2.700,00
67	ADAPTADOR CURTO DE 40MM	Unidade	1.000	R\$ 5,96	R\$ 5.960,00
68	ADAPTADOR CURTO DE 50MM	Unidade	100	R\$ 14,72	R\$ 1.472,00
69	ADAPTADOR LONGO COM FLANGE 20MM	Unidade	100	R\$ 11,42	R\$ 1.142,00
70	ADAPTADOR LONGO COM FLANGE 25MM	Unidade	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00
71	ADAPTADOR LONGO COM FLANGE 32MM	Unidade	100	R\$ 18,15	R\$ 1.815,00
72	ADAPTADOR LONGO COM FLANGE 40MM	Unidade	100	R\$ 25,34	R\$ 2.534,00
73	VÁLVULA PARA PIA DE FIBRA	Unidade	120	R\$ 4,70	R\$ 564,00
74	PIA COM COLUNA (LOUÇA)	Unidade	60	R\$ 215,00	R\$ 12.900,00
75	UNIÃO SOLDÁVEL 20MM	Unidade	500	R\$ 6,48	R\$ 3.240,00
76	UNIÃO SOLDÁVEL 25MM	Unidade	500	R\$ 8,06	R\$ 4.030,00
77	UNIÃO SOLDÁVEL 32MM	Unidade	500	R\$ 15,50	R\$ 7.750,00
78	UNIÃO SOLDÁVEL 40MM	Unidade	500	R\$ 25,00	R\$ 12.500,00
79	UNIÃO SOLDÁVEL 50MM	Unidade	500	R\$ 26,43	R\$ 13.215,00
80	UNIÃO SOLDÁVEL 60MM	Unidade	500	R\$ 82,70	R\$ 41.350,00



81	UNIÃO SOLDÁVEL 75MM	Unidade	300	R\$ 152,16	R\$ 45.648,00
82	CAP SOLDÁVEL 20MM	Unidade	300	R\$ 1,20	R\$ 360,00
83	CAP SOLDÁVEL 25MM	Unidade	300	R\$ 1,78	R\$ 534,00
84	CAP SOLDÁVEL 32MM	Unidade	300	R\$ 4,46	R\$ 1.338,00
85	CAP SOLDÁVEL 50MM	Unidade	300	R\$ 8,62	R\$ 2.586,00
86	CAP SOLDÁVEL 60MM	Unidade	300	R\$ 14,48	R\$ 4.344,00
87	RALO PARA BANHEIRO SIMPLES 4"	Unidade	80	R\$ 13,00	R\$ 1.040,00
88	LAVATÓRIO FIXO DE LOUÇA	Unidade	75	R\$ 94,98	R\$ 7.123,50
89	ARAME RECOZIDO Nº 18	Quilograma	200	R\$ 29,92	R\$ 5.984,00
90	AREIA (CARRADA TRUCK DE 10M³)	Unidade	50	R\$ 280,27	R\$ 14.013,50
91	ARGAMASSA ACI (PACOTE COM 20KG)	Unidade	500	R\$ 24,16	R\$ 12.080,00
92	ARGAMASSA ACI 2 (PACOTE COM 20KG)	Unidade	500	R\$ 25,71	R\$ 12.855,00
93	ARGAMASSA ACI 3 (PACOTE COM 20KG)	Unidade	400	R\$ 37,42	R\$ 14.968,00
94	ARGAMASSA PISO/PISO (PACOTE COM 20KG)	Unidade	250	R\$ 45,96	R\$ 11.490,00
95	BROCA PARA CONCRETO Nº 06,	Unidade	300	R\$ 8,30	R\$ 2.490,00
96	BROCA PARA CONCRETO Nº 07	Unidade	300	R\$ 8,30	R\$ 2.490,00
97	BROCA PARA CONCRETO Nº 08	Unidade	100	R\$ 13,65	R\$ 1.365,00
98	BROCA PARA CONCRETO Nº 10	Unidade	75	R\$ 13,90	R\$ 1.042,50
99	BROCA PARA CONCRETO Nº 12	Unidade	300	R\$ 15,27	R\$ 4.581,00
100	BROCA PARA FERRO Nº 3	Unidade	300	R\$ 4,95	R\$ 1.485,00
101	BROCA PARA FERRO Nº 5	Unidade	100	R\$ 10,56	R\$ 1.056,00
102	BROCA PARA FERRO Nº 6	Unidade	100	R\$ 10,56	R\$ 1.056,00
103	BROCA PARA FERRO Nº 8	Unidade	100	R\$ 10,56	R\$ 1.056,00
104	BROCA PARA FERRO Nº 10	Unidade	75	R\$ 14,09	R\$ 1.056,75
105	BROCA PARA FERRO Nº 12	Unidade	50	R\$ 22,59	R\$ 1.129,50
106	BROXA 18CM X 8CM	Unidade	250	R\$ 8,78	R\$ 2.195,00
107	CADEADO CR20	Unidade	250	R\$ 15,66	R\$ 3.915,00
108	CADEADO CR40	Unidade	200	R\$ 32,38	R\$ 6.476,00
109	CADEADO CR60	Unidade	200	R\$ 61,46	R\$ 12.292,00
110	VERGALHÃO 1/2	Unidade	300	R\$ 141,94	R\$ 42.582,00
111	VERGALHÃO 4,2 X 12M	Unidade	300	R\$ 21,63	R\$ 6.489,00
112	VERGALHÃO 5,0 X 12M	Unidade	300	R\$ 31,80	R\$ 9.540,00
113	VERGALHÃO 3/8	Unidade	300	R\$ 92,77	R\$ 27.831,00
114	CAPOTE DE BARRO	Unidade	300	R\$ 5,75	R\$ 1.725,00
115	CAL PCT COM 5KG	Unidade	300	R\$ 9,80	R\$ 2.940,00
116	CIMENTO PORTLAND DE 50 KG	Unidade	3.000	R\$ 49,21	R\$ 147.630,00
117	DOBRADIÇAS DE 3" (TRÊS PEÇAS)	Unidade	50	R\$ 18,13	R\$ 906,50
118	FECHADURA INTERNA	Unidade	50	R\$ 50,42	R\$ 2.521,00



119	PARAFUSO COM BUCHA Nº 06 (EMBALAGEM COM CEM PEÇAS)	Pacote	50	R\$ 36,10	R\$ 1.805,00
120	PARAFUSO COM BUCHA Nº 07 (EMBALAGEM COM CEM PEÇAS)	Pacote	50	R\$ 50,70	R\$ 2.535,00
121	PARAFUSO COM BUCHA Nº 08 (EMBALAGEM COM CEM PEÇAS)	Pacote	50	R\$ 86,14	R\$ 4.307,00
122	PARAFUSO COM BUCHA Nº 10 (EMBALAGEM COM CEM PEÇAS)	Pacote	50	R\$ 119,57	R\$ 5.978,50
123	PARAFUSO COM BUCHA Nº 12 (EMBALAGEM COM CEM PEÇAS)	Pacote	50	R\$ 144,56	R\$ 7.228,00
124	SEIXO FINO LAVADO	Metro Cúbico	600	R\$ 224,67	R\$ 134.802,00
125	SEIXO MÉDIO LAVADO	Metro Cúbico	600	R\$ 224,67	R\$ 134.802,00
126	ATERRO DE CARRADA TRUCK DE 10M³	Metro Cúbico	300	R\$ 128,03	R\$ 38.409,00
127	PIÇARRA (CARRADA TRUCK DE 10M³)	Metro Cúbico	75	R\$ 52,33	R\$ 3.924,75
128	BISNAGA CORES VARIADAS	Unidade	200	R\$ 6,00	R\$ 1.200,00
129	COMPENSADO RESINADO DE 2,20M X 1,60M (E=10MM)	Unidade	400	R\$ 127,20	R\$ 50.880,00
130	FORRO PVC DE 10CM X 6M (CORES VARIADAS)	Metro Quadrado	750	R\$ 26,90	R\$ 20.175,00
131	FORRO PVC DE 20CM X 6M (CORES VARIADAS)	Metro Quadrado	750	R\$ 32,85	R\$ 24.637,50
132	FITA CREPE (ROLO)	Unidade	250	R\$ 7,96	R\$ 1.990,00
133	LIXA PARA FERRO 60	Unidade	300	R\$ 2,53	R\$ 759,00
134	LIXA PARA FERRO 80	Unidade	300	R\$ 2,70	R\$ 810,00
135	LIXA PARA PAREDE 60	Unidade	300	R\$ 1,40	R\$ 420,00
136	LIXA PARA PAREDE 80	Unidade	300	R\$ 1,50	R\$ 450,00
137	MASSA ACRÍLICA LATÃO DE 18 L	Unidade	200	R\$ 173,04	R\$ 34.608,00
138	MASSA PVA LATÃO DE 18 L	Unidade	500	R\$ 67,17	R\$ 33.585,00
139	SELADOR ACRÍLICO DE 18 L	Unidade	80	R\$ 117,00	R\$ 9.360,00
140	PERFIL COMUM PARA FORRO (6M)	Unidade	300	R\$ 34,25	R\$ 10.275,00
141	PINCEL DE 1/2	Unidade	100	R\$ 2,73	R\$ 273,00
142	PINCEL DE 3/4	Unidade	100	R\$ 2,90	R\$ 290,00
143	PINCEL DE 1	Unidade	100	R\$ 5,33	R\$ 533,00
144	PINCEL DE 1 - 1/2	Unidade	100	R\$ 5,60	R\$ 560,00
145	PINCEL DE 2	Unidade	100	R\$ 6,30	R\$ 630,00
146	PINCEL DE 3	Unidade	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
147	PINCEL DE 4	Unidade	100	R\$ 16,40	R\$ 1.640,00
148	PISO CERÂMICO PEI III, IV E V (40CM X 40CM)	Metro Quadrado	2.000	R\$ 33,57	R\$ 67.140,00



149	PISO CERÂMICO PEI III, IV E V (50CM X 50CM)	Metro Quadrado	2.000	R\$ 40,95	R\$ 81.900,00
150	PREGO 3X9	Quilograma	400	R\$ 17,45	R\$ 6.980,00
151	PREGO 10X10	Quilograma	300	R\$ 34,73	R\$ 10.419,00
152	PREGO 1 1/2 X13	Quilograma	300	R\$ 19,39	R\$ 5.817,00
153	PREGO 2X12 1/2X10	Quilograma	300	R\$ 22,27	R\$ 6.681,00
154	PLASTIFICANTE	Litro	1.250	R\$ 8,06	R\$ 10.075,00
155	REJUNTE CORES VARIADAS	Quilograma	750	R\$ 9,16	R\$ 6.870,00
156	ROLO DE LÃ 9CM	Unidade	150	R\$ 10,67	R\$ 1.600,50
157	ROLO DE LÃ 23CM	Unidade	150	R\$ 29,50	R\$ 4.425,00
158	TELA DE PROTEÇÃO CONTRA POMBOS	Metro	1.000	R\$ 12,30	R\$ 12.300,00
159	TELHA CERÂMICA TIPO PLAN - MILHEIRO	Unidade	120	R\$ 1.184,17	R\$ 142.100,40
160	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA 2,44m x 1,10m x 5mm	Unidade	5.000	R\$ 58,38	R\$ 291.900,00
161	TELHA DE FIBROCIMENTO DE 2,44M X 0,50M X 0,06M	Unidade	6.000	R\$ 34,37	R\$ 206.220,00
162	THINER (5 LITROS)	Unidade	50	R\$ 89,17	R\$ 4.458,50
163	TINTA ACRÍLICA LATÃO 18L	Unidade	200	R\$ 241,80	R\$ 48.360,00
164	TINTA ACRÍLICA GALÃO 3,6L	Unidade	300	R\$ 59,00	R\$ 17.700,00
165	TINTA PVA LATÃO	Unidade	200	R\$ 264,32	R\$ 52.864,00
166	TINTA ESMALTE GALÃO (3,6ML)	Unidade	200	R\$ 116,37	R\$ 23.274,00
167	TINTA PARA PISO LATÃO (18L)	Unidade	150	R\$ 259,38	R\$ 38.907,00
168	VERGALHÃO DE 1/4	Unidade	400	R\$ 42,98	R\$ 17.192,00
169	VERGALHÃO DE 5/16	Unidade	400	R\$ 68,33	R\$ 27.332,00
170	VERGALHÃO DE 3/8	Unidade	400	R\$ 95,56	R\$ 38.224,00
171	COLUNA POP (6M)	Unidade	150	R\$ 212,33	R\$ 31.849,50
172	CAXILHO DE MADEIRA DE LEI 210 X 70 X 9 Cm	Unidade	100	R\$ 104,44	R\$ 10.444,00
173	PORTA DE MADEIRA DE LEI 2,10M X 0,80M	Unidade	100	R\$ 315,00	R\$ 31.500,00
174	PORTA DE MADEIRA DE LEI 2,10M X 0,70M	Unidade	100	R\$ 290,00	R\$ 29.000,00
175	JANELA DE MADEIRA DE LEI 2,00M X 100M	Unidade	100	R\$ 263,00	R\$ 26.300,00
176	JANELA DE MADEIRA DE LEI 2,50M X 1,00M	Unidade	100	R\$ 250,00	R\$ 25.000,00
177	TIJOLO CERÂMICO 3, 4 OU 6 FUROS - MILHEIRO	Unidade	300	R\$ 847,67	R\$ 254.301,00
178	PÓ XADREZ (VARIAS CORES) (EMBALAGEM COM 500GR)	Unidade	100	R\$ 21,90	R\$ 2.190,00
179	ANTI- FERRUGEM GALÃO (VÁRIAS CORES)	Unidade	75	R\$ 89,90	R\$ 6.742,50



180	Chapa Galvanizada, Material: Zinco, Largura: 0,80 M, Espessura: 1,45 Mm	Quilômetro	140	R\$ 159,73	R\$ 22.362,20
181	CANTONEIRA 10X12	Unidade	200	R\$ 11,80	R\$ 2.360,00
182	CANTONEIRA 8X10	Unidade	200	R\$ 11,29	R\$ 2.258,00
183	DISCO DE CORTE (FERRO, CONCRETO, MADEIRA, MÁRMORE, CERÂMICA)	Unidade	120	R\$ 25,31	R\$ 3.037,20
184	SERRA DE CORTAR AÇO	Unidade	100	R\$ 10,97	R\$ 1.097,00
185	PERNAMANCAS DE 5M	Dúzia	100	R\$ 420,00	R\$ 42.000,00
186	PERNAMANCAS DE 6M	Dúzia	120	R\$ 420,00	R\$ 50.400,00
187	RIPAS DE 5M	Dúzia	140	R\$ 182,02	R\$ 25.482,80
188	RIPAS DE 6M	Dúzia	140	R\$ 231,16	R\$ 32.362,40
189	PEÇAS DE 12CM X 6CM DE 4,5M	Unidade	100	R\$ 84,23	R\$ 8.423,00
190	PEÇA DE MADEIRA 12X6CM 5M	Unidade	100	R\$ 100,00	R\$ 10.000,00
191	PEÇA DE MADEIRA 12X6CM 6M	Unidade	100	R\$ 115,24	R\$ 11.524,00
192	PEÇA DE MADEIRA 12X6 7M	Unidade	100	R\$ 119,40	R\$ 11.940,00
193	Tabua Para Laje Pinus Ee Mista Ou Equivalente Da Região - Bruta	Unidade	1.000	R\$ 13,39	R\$ 13.390,00
194	RIPÃO DE 5M	Unidade	200	R\$ 11,99	R\$ 2.398,00
195	ALIZAR SIMPLES	Unidade	100	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
196	FECHADURA PARA BANHEIRO	Unidade	80	R\$ 58,61	R\$ 4.688,80
197	SELADOR PARA MADEIRA GALÃO 3,6	Unidade	30	R\$ 112,10	R\$ 3.363,00
198	ANCINHO DE REGULAR 22 DC/CB	Unidade	10	R\$ 34,85	R\$ 348,50
199	ARCO DE SERRA	Unidade	20	R\$ 39,76	R\$ 795,20
200	ALICATE UNIVERSAL	Unidade	50	R\$ 30,31	R\$ 1.515,50
201	ALICATE DE PRESSÃO	Unidade	10	R\$ 67,02	R\$ 670,20
202	BOTA CANO CURTO	Par	10	R\$ 62,98	R\$ 629,80
203	BALDE PARA CONCRETO E ARGAMASSA DE 9 L	Unidade	100	R\$ 23,97	R\$ 2.397,00
204	CARRO DE MÃO COM CABO DE MADEIRA	Unidade	30	R\$ 197,00	R\$ 5.910,00
205	COLHER DE PEDREIRO	Unidade	30	R\$ 26,44	R\$ 793,20
206	CAPACETE DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA	Unidade	30	R\$ 26,40	R\$ 792,00
207	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE CARRINHO DE MÃO	Unidade	30	R\$ 28,98	R\$ 869,40
208	CAPA PARA CHUVA, FORRADA	Unidade	30	R\$ 49,57	R\$ 1.487,10
209	CORDA DE ALGODÃO	Metro	400	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
210	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PÁRA-QUEDISTA	Unidade	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
211	DRAGA COM CABO	Unidade	8	R\$ 95,00	R\$ 760,00
212	ENXADA DE 2,5 LIBRAS	Unidade	30	R\$ 55,27	R\$ 1.658,10
213	ESQUADRO	Unidade	10	R\$ 26,03	R\$ 260,30



214	ESPÁTULA	Unidade	50	R\$ 24,39	R\$ 1.219,50
215	ENXADECO	Unidade	20	R\$ 63,37	R\$ 1.267,40
216	ENCHÓ	Unidade	10	R\$ 44,03	R\$ 440,30
217	FACÃO 18"	Unidade	20	R\$ 42,00	R\$ 840,00
218	FURADEIRA PROFISSIONAL COM MANDRIL 3/8" POTÊNCIA 1800W	Unidade	15	R\$ 421,01	R\$ 6.315,15
219	FORMÃO	Unidade	10	R\$ 23,22	R\$ 232,20
220	BROCA SERRA COPO (JOGO)	Jogo	10	R\$ 109,00	R\$ 1.090,00
221	FERRO DE COVA COM CABO	Unidade	30	R\$ 54,21	R\$ 1.626,30
222	JOGO DE CHAVE FENDA (CINCO PEÇAS)	Jogo	8	R\$ 65,00	R\$ 520,00
223	JOGO DE CHAVE PHILIPS (CINCO PEÇAS)	Jogo	6	R\$ 49,14	R\$ 294,84
224	JOGO DE CHAVE COMBINADA BOCA/ESTRIA (OITO PEÇAS)	Jogo	6	R\$ 134,18	R\$ 805,08
225	LIMA CHATA	Unidade	30	R\$ 17,93	R\$ 537,90
226	LIMA PARA SERROTE (TRIANGULAR)	Unidade	50	R\$ 14,02	R\$ 701,00
227	LIMA REDONDA	Unidade	30	R\$ 24,00	R\$ 720,00
228	LIXADEIRA PROFISSIONAL	Unidade	3	R\$ 723,96	R\$ 2.171,88
229	LUVAS DE ALGODÃO	Par	100	R\$ 9,60	R\$ 960,00
230	SERRA CIRCULAR PROFISSIONAL 1800W	Unidade	2	R\$ 937,65	R\$ 1.875,30
231	MARRETA DE 1KG	Unidade	10	R\$ 38,49	R\$ 384,90
232	MARRETA DE 5KG	Unidade	5	R\$ 101,03	R\$ 505,15
233	MACHADO LENHADOR	Unidade	30	R\$ 83,89	R\$ 2.516,70
234	MARTELO 18MM	Unidade	10	R\$ 25,76	R\$ 257,60
235	MARTELO 20MM	Unidade	10	R\$ 26,80	R\$ 268,00
236	MARTELO 29MM	Unidade	10	R\$ 49,28	R\$ 492,80
237	NÍVEL DE MÃO/PRECISÃO	Unidade	30	R\$ 47,52	R\$ 1.425,60
238	ÓCULOS DE PROTEÇÃO	Unidade	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
239	PICARETA COM CABO	Unidade	10	R\$ 114,62	R\$ 1.146,20
240	PÁ AJUNTADORA BICO COM CABO OU QUADRADA	Unidade	50	R\$ 39,54	R\$ 1.977,00
241	PRUMO DE METAL	Unidade	20	R\$ 23,40	R\$ 468,00
242	PÉ DE CABRA /REF. 600 X 110 X 34 Mm	Unidade	30	R\$ 50,34	R\$ 1.510,20
243	SERROTE DE 20	Unidade	20	R\$ 54,41	R\$ 1.088,20
244	TRENA DE 5M	Unidade	10	R\$ 18,25	R\$ 182,50
245	TRENA DE 10M	Unidade	10	R\$ 63,49	R\$ 634,90
246	TALHADEIRA 20X250 MM	Unidade	40	R\$ 29,58	R\$ 1.183,20
247	LAMINA DE CORTE PARA ROÇADEIRA	Unidade	10	R\$ 28,93	R\$ 289,30
248	FIO DE CORTE PARA ROÇADEIRA 3,0Mm X 312M	Rolo	50	R\$ 243,64	R\$ 12.182,00



249	TRENA DE 50 METROS	Unidade	5	R\$	77,72	R\$	388,60
250	ABRAÇADEIRA TIPO U ¾	Unidade	140	R\$	0,84	R\$	117,60
251	ABRAÇADEIRA TIPO U ½	Unidade	140	R\$	0,76	R\$	106,40
252	ABRAÇADEIRA TIPO U 1	Unidade	140	R\$	1,05	R\$	147,00
253	ABRAÇADEIRA TIPO U 1 ¼	Unidade	140	R\$	1,23	R\$	172,20
254	ABRAÇADEIRA TIPO U 4	Unidade	140	R\$	4,05	R\$	567,00
255	HASTE TERRA (5/8 X 2,40 M, 12,75 Mm).	Unidade	120	R\$	53,16	R\$	6.379,20
256	BOCAL COM RABICHO	Unidade	245	R\$	4,27	R\$	1.046,15
257	ABRAÇADEIRA DE NYLON DE 18 MM (100 UNIDADES)	Pacote	140	R\$	26,37	R\$	3.691,80
258	LÂMPADAS ECONÔMICAS DE 20 WATTS	Unidade	140	R\$	26,80	R\$	3.752,00
259	LÂMPADAS ECONÔMICAS DE 25 WATTS	Unidade	140	R\$	27,00	R\$	3.780,00
260	LÂMPADAS ECONÔMICAS DE 45 WATTS	Unidade	140	R\$	48,78	R\$	6.829,20
261	PLAFON	Unidade	350	R\$	7,68	R\$	2.688,00
262	TOMADA EMBUTIDA 20A TRAMONTINA	Unidade	140	R\$	11,86	R\$	1.660,40
263	TOMADA EMBUTIDA 02 PL UNIVERSAL 10A TRAMONTINA	Unidade	210	R\$	17,25	R\$	3.622,50
264	LUVA ELETRODUTO ½	Unidade	350	R\$	2,44	R\$	854,00
265	LUVA ELETRODUTO 3/4	Unidade	350	R\$	2,45	R\$	857,50
266	LUVA ELETRODUTO 1	Unidade	350	R\$	2,82	R\$	987,00
267	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 6 (DISJUNTORES)	Unidade	105	R\$	35,11	R\$	3.686,55
268	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 12(DISJUNTORES)	Unidade	105	R\$	76,80	R\$	8.064,00
269	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 18(DISJUNTORES)	Unidade	105	R\$	74,48	R\$	7.820,40
270	ESCADA DE OITO DEGRAUS DE ALUMÍNIO - MODELO PINTOR	Unidade	20	R\$	289,51	R\$	5.790,20
271	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO 3M 18 MM X 50 M 3M	Unidade	245	R\$	32,13	R\$	7.871,85
272	FITA ISOLANTE 3M 18 MM X 50 M 3M	Unidade	245	R\$	9,57	R\$	2.344,65
273	CONDUÍTE LISO ½	Metro	560	R\$	7,53	R\$	4.216,80
274	CONDUÍTE LISO ¾	Metro	560	R\$	5,97	R\$	3.343,20
275	CONDUÍTE CORRUGADO ½	Metro	560	R\$	3,46	R\$	1.937,60
276	CONDUÍTE CORRUGADO ¾	Metro	560	R\$	4,38	R\$	2.452,80
277	FIXA FIO ELÉTRICO	Unidade	350	R\$	6,52	R\$	2.282,00
278	FIO FLEX 1,5MM² SIMILAR A GOLF	Peça	105	R\$	198,70	R\$	20.863,50
279	FIO FLEX 2,5MM² SIMILAR A GOLF	Peça	105	R\$	322,20	R\$	33.831,00



280	FIO FLEX 4,0MM ² SIMILAR A GOLF	Peça	105	R\$ 503,22	R\$ 52.838,10
281	FIO FLEX 6,0MM ² SIMILAR A GOLF	Peça	70	R\$ 674,96	R\$ 47.247,20
282	FIO FLEX 10,0 MM ² DE 1KV SIMILAR A GOLF	Peça	20	R\$ 1.457,33	R\$ 29.146,60
283	TOMADA DE SOBREPOR (NOVO PADRÃO) TRAMONTINA	Unidade	350	R\$ 11,63	R\$ 4.070,50
284	CAIXA DE INSPEÇÃO PARA ATERRAMENTO	Unidade	210	R\$ 13,20	R\$ 2.772,00
285	CAIXA PADRÃO MONOFÁSICO	Unidade	140	R\$ 58,87	R\$ 8.241,80
286	CAIXA PADRÃO BIFÁSICA	Unidade	140	R\$ 93,50	R\$ 13.090,00
287	CURVA ELETRODUTO DE 180° 3/4	Unidade	210	R\$ 6,91	R\$ 1.451,10
288	CURVA ELETRODUTO DE 180° 1/2	Unidade	210	R\$ 5,80	R\$ 1.218,00
289	CURVA ELETRODUTO DE 180° 1	Unidade	210	R\$ 8,11	R\$ 1.703,10
290	CURVA ELETRODUTO DE 180° 1 1/2	Unidade	210	R\$ 16,42	R\$ 3.448,20
291	CURVA ELETRODUTO DE 180° 1 1/4	Unidade	210	R\$ 14,00	R\$ 2.940,00
292	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 20A	Unidade	280	R\$ 15,62	R\$ 4.373,60
293	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 25A	Unidade	280	R\$ 12,61	R\$ 3.530,80
294	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 40A	Unidade	280	R\$ 14,70	R\$ 4.116,00
295	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 50A	Unidade	280	R\$ 16,98	R\$ 4.754,40
296	DISJUNTOR DIN BIFÁSICO 25A	Unidade	280	R\$ 34,04	R\$ 9.531,20
297	DISJUNTOR DIN BIFÁSICO 40A	Unidade	280	R\$ 32,67	R\$ 9.147,60
298	DISJUNTOR DIN BIFÁSICO 50A	Unidade	280	R\$ 39,40	R\$ 11.032,00
299	DISJUNTOR DIN BIFÁSICO 70A	Unidade	280	R\$ 53,00	R\$ 14.840,00
300	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 50A	Unidade	140	R\$ 66,24	R\$ 9.273,60
301	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 70A	Unidade	140	R\$ 90,00	R\$ 12.600,00
302	DISJUNTOR DIN TRIFÁSICO 100A	Unidade	140	R\$ 203,04	R\$ 28.425,60
303	CANALETA SIMPLES 10MM X 20MM X 200 MM	Unidade	350	R\$ 8,12	R\$ 2.842,00
304	CANALETA VENTILADA 30CM X 30CM	Caixa	350	R\$ 33,92	R\$ 11.872,00
305	CANALETA VENTILADA 20CM X 20CM	Caixa	350	R\$ 18,36	R\$ 6.426,00
306	CONECTOR PERFURANTE P	Unidade	350	R\$ 15,71	R\$ 5.498,50
307	CONECTOR PERFURANTE G	Unidade	350	R\$ 22,60	R\$ 7.910,00
308	INTERRUPTOR SIMPLES	Unidade	210	R\$ 10,94	R\$ 2.297,40



309	INTERRUPTOR DE DUAS TECLAS	Unidade	210	R\$ 17,52	R\$ 3.679,20
310	INTERRUPTOR CONJUGADO	Unidade	210	R\$ 14,21	R\$ 2.984,10
311	TOMADA TRIPLA	Unidade	210	R\$ 26,59	R\$ 5.583,90
312	TOMADA DUPLA	Unidade	210	R\$ 17,94	R\$ 3.767,40
313	LAMPADA 50W	Unidade	350	R\$ 108,95	R\$ 38.132,50
314	LAMPADA 85W	Unidade	350	R\$ 141,25	R\$ 49.437,50
315	PINO MACHO	Unidade	280	R\$ 6,10	R\$ 1.708,00
316	PLUG PINO FEMEA	Unidade	280	R\$ 4,83	R\$ 1.352,40
317	EXTENSÃO ELETRICA MINIMO 3 TOMADAS, COMPRIMENTO 5 METROS	Unidade	70	R\$ 37,16	R\$ 2.601,20
318	LANTERNA RECARREGAVEL, BIVOLT, ALCANCE MINIMO 70 METROS, TAMANHO 170MM A190 MM	Unidade	70	R\$ 52,57	R\$ 3.679,90

02. DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

Justificamos a aquisição de material de construção para eventuais reformas e pequenos reparos e adaptações na estrutura física dos prédios públicos/Unidades e Centros de Saúde do município de Bragança-PA, visando manter as instalações adequadas a um ambiente seguro e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não somente aos servidores das secretarias mas também a toda a comunidade em geral, que utiliza os serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Bragança.

Sendo assim, é necessário que a SEMUSB tenha disponibilidade de material de construção e ferramentas a fim de sanar os pequenos reparos necessários à conservação da sua estrutura física e demais prédios públicos.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é o mais adequado para a aquisição de Materiais de Construção tendo em vista que a SEMUSB solicitará os itens na medida em que forem necessários.

Outra

vantagem nessa aquisição de materiais de construção é a economia de recursos por parte da contratante, considerando que a Administração não precisa gastar com o estoque de materiais.

A hipótese legal para a utilização do registro de preços é o: Art. 3º da lei 7892/2013 – IV – quando pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

No que se refere ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos serviços ofertados, respeitando-se uma margem de suportar um eventual aumento na demanda.

Ainda quanto ao quantitativo solicitado para a licitação, informamos que tratasse de uma estimativa máxima, uma vez que a aquisição se dará na forma de registro de preços, sendo possível que não haja necessidade de utilização do total solicitado no período de 12 meses.

3. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO



- 3.1. A Secretaria Municipal de Saúde não aceitará ou receberá qualquer produto com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à CONTRATADA efetuar as substituições necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.
- 3.2. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob a responsabilidade da Contratada. Serão recusados os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste Termo.
- 3.3. O licitante deverá especificar em sua proposta comercial a marca do produto ofertado.
- 3.4. Caso ocorra dúvida quanto ao produto ofertado, poderá ser solicitada amostra para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.
- 3.5. A amostra será avaliada para verificar o atendimento às especificações definidas neste Termo de Referência, a compatibilidade do produto ofertado e a equivalência da qualidade em relação à marca citada como referência, mediante emissão de parecer técnico pelo setor demandante, que constituirá elemento para julgamento da proposta comercial.
- 3.6. As amostras entregues, se aprovadas, serão computadas no quantitativo do objeto a ser entregue.
- 3.7. Os produtos deverão ser entregues com, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do prazo de validade expresso a vigorar (caso haja validade); sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigado a reparar os prejuízos que causar a Secretaria Municipal de Saúde de Bragança-PA ou a terceiros decorrentes destes eventos (garantia/validade).
- 3.8. Os materiais deverão ser novos, provenientes de fábrica, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor; e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data de validade, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir a completa segurança durante o transporte e a identificação de seu conteúdo.
- 3.9. O gestor/fiscal de contrato receberá o objeto de forma provisória e definitivamente, mediante atestação.
- 3.10. Os produtos que integram o objeto deste registro de preço sejam semelhantes ou superiores a estas com as devidas comprovações.
- 3.11. A CONTRATADA deverá arcar com os custos concernentes a substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias de embalagens ou armazenamento e outros, os quais devem ser realizados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação da SEMOP d

4 DAS CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS/PRODUTO

- 4.1. Os materiais deverão ser entregues, em sua totalidade, de acordo com Ordem de Empenho ou Requisição expedindo pela SEMUSB. A carga e a descarga serão por conta da CONTRATADA, sem ônus de frete.
- 4.2. A entrega deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra, salvo, se por motivo justo, a CONTRATADA solicitar prorrogação de prazo, depois de aceito pela CONTRATANTE.
- 4.3. A Contratante poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93.



4.4. A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável, favorecer e garantir a qualidade do objeto.

4.5. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

4.6. O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem em associação da CONTRATADA com terceiros, sem autorização prévia do Contratante, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

05. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido neste Termo.

5.2. Entregar os serviços ou produtos objeto do Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

5.3. Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues.

5.4. Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

5.5. Fornecer materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo rigorosamente as especificações constantes deste Termo, as normas da ABNT e dos fabricantes, e as normas internacionais consagradas, na falta de regulamentação da ABNT.

5.6. Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante.

5.7. Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do município.

5.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

5.9. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

5.10. Indicar, imediatamente à assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos materiais, e atender aos chamados Gestora do Contrato, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

06. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.

6.2. Atestar o recebimento do objeto contratado no documento fiscal correspondente.



- 6.3. Emitir, por meio da Coordenadoria de Material, Pedido de Compra.
- 6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos produtos, objeto do Contrato.
- 6.5. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, por meio do setor responsável.
- 6.6. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.
- 6.7. Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 6.8. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.
- 6.9. Recusar qualquer material que apresente incorreções de natureza construtiva e/ou de acabamento, ficando as correções à custa da CONTRATADA, inclusive material e horas gastas no trabalho.
- 6.10. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a entrega dos produtos.

07. DA VIGENCIA

- 7.1. De 12 (meses) a contar após homologação do registro de preços deste termo de referência pelo MUNICÍPIO de Bragança-PA.

08. DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão/fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde.

09. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Finanças do MUNICÍPIO, por processo legal, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da nota fiscal/fatura.
- 9.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega dos produtos nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela Secretaria Municipal de Saúde do MUNICÍPIO.
- 9.3. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.
- 9.4. O pagamento será realizado em parcela única, mediante a entrega dos materiais.
- 9.5. O gestor/fiscal e/Contabilidade e Finanças do MUNICÍPIO, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 9.6. O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.
- 9.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.



9.8. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao MUNICÍPIO pleno geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

9.9. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

10. DAS ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVOS

10.1. Materiais de Construção Conforme descritas no item 1.2

11. DA MÃO DE OBRA

11.1 Mão de obra será feita pelo departamento de manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

12. DAS SANÇÕES

12.1. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

- I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;
- II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;
- III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.2. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela CONTRATADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

12.3. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentado documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Município, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

13- DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A contratação poderá ser rescindida:

- I. Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.



III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14. DA CONDIÇÕES GERAIS

14.1 O MUNICÍPIO e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

14.2. O Município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.3. O Município reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas.

14.4. Qualquer tolerância por parte do MUNICÍPIO, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

14.5. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

14.6. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

14.7. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo Município ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

14.8. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

14.9. A contratação será formalizada mediante emissão de nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.



MARIO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO 11/2022

Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2022-004 SRP

Aos _____ dia(s) __ do mês de _____ de _____, o Município de Bragança, com sede na _____, nos termos das Leis Federais nº. 10.520/2002 e nº. 8.666/93, Decretos Federais nº 3.555/2000 e 7.892/2013, bem como, pela Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações posteriores e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 9/2022-004**, **SERÃO REGISTRADOS** os preços para futura e eventual **aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança**, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

Parágrafo primeiro: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos/serviços citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor/prestador, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor/prestador assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Parágrafo primeiro: Os Órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis prestadores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

Parágrafo segundo: Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

Parágrafo terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado da Prefeitura ou Secretarias solicitantes, de acordo com a respectiva solicitação, onde o recebimento da mercadoria deverá ser atestado pelo servidor responsável pelo almoxarifado, o qual fará a conferência, conforme a ordem de compra e nota fiscal emitida pela licitante vencedora.

Parágrafo primeiro: No caso de prestação de serviços, estes deverão ser prestados na unidade requisitante e atestados pelo servidor responsável do respectivo Setor/Departamento, o qual fará a conferência, de acordo com a ordem de serviço.

Parágrafo terceiro: O prazo de entrega do produto ou prestação dos serviços não poderá ultrapassar 15 (quinze) dias, contados da expedição da ordem de compra, salvo justificativa apresentada pelo licitante vencedor, desde que aceito pela administração.

Parágrafo Único: A empresa que não cumprir o prazo estipulado sofrerá as sanções previstas no item 12 do Edital em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos produtos ou prestação dos serviços acompanhados da fatura (nota fiscal), discriminada de acordo com a nota de empenho, após a conferência da quantidade e qualidade dos materiais por gestor a ser designado pela contratante. Observado o recebimento definitivo da Nota Fiscal emitida pela empresa com discriminação dos bens/serviços, juntamente com o Termo de Recebimento, será esta atestada e encaminhada à administração da entidade contratante para fins liquidação.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será creditado em favor do prestador/fornecedor, por meio de ordem bancária ou cheque nominativo, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo dos materiais/serviços, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.

Parágrafo Segundo: Será procedida consulta "**em sítios oficiais**" antes do pagamento a ser efetuado ao prestador/fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

Parágrafo Terceiro: Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na contratante em favor do prestador/fornecedor. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplimento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM=I \times N \times VP$$

Onde:

EM= Encargos Moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = percentual da Taxa anual = **6%**

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438365 \ 365$$

A **compensação** financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Parágrafo primeiro: A entrega dos serviços só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

Parágrafo segundo: O prestador/fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do **Pregão Presencial para Registro de Preços n° 9/2022-004**, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos prestadores/fornecedores as seguintes sanções:



I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue ou serviço não prestado, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

Parágrafo Primeiro - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos “II” e “III”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa prestadora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto - As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de prestadores da entidade contratante no, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro: O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o prestador, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

Parágrafo Terceiro: Frustrada a negociação, o prestador será liberado do compromisso assumido.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais prestadores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o prestador do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;

II - Convocar os demais prestadores, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto: Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante.

Parágrafo Primeiro: Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;



Parágrafo Segundo: O objeto da licitação será recebido da seguinte forma:

I – Provisoriamente: no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material/serviço com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.

II – Definitivamente: após a verificação da qualidade, da quantidade dos materiais/serviços e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prestador/fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

A pedido, quando:

- comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

Por iniciativa da Administração Pública, quando:

- não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
- não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência da Ata;
- quando não restarem prestadores registrados;

Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos prestadores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

As aquisições/contratações dos objetos/serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela contratante.

Parágrafo Único: A emissão das ordens de fornecimento/serviço, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PREÇOS E ITENS DE FORNECIMENTO

Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam do **Encarte**, que se constitui em anexo à presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Único: Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR/FORNECEDOR

A empresa prestadora/fornecedora compromete-se a cumprir as obrigações constantes no edital e contrato, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE, além das constantes no edital e do Contrato:

Parágrafo Primeiro: Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) /Fatura (s) da contratada, após a efetiva entrega dos materiais/serviços e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



Parágrafo Segundo: Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio do fiscal especialmente designado, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 9/2022-004 e a proposta da empresa classificada em 1º lugar.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/2002, pelo Decreto Federal 7.892/2013 e demais normas aplicáveis.

Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pelo Contratante.

Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Bragança/PA, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Bragança-PA, ___ de _____ de 2022.

C.N.P.J. nº _____

CONTRATANTE _____

C.N.P.J. nº _____

CONTRATADO





Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

O(A) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, neste ato denominado CONTRATANTE, com sede na _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº _____, representado pelo(a) Sr.(a) _____, SECRETÁRIA MUNICIPAL, portador do CPF nº _____, residente na RUA ATHANAZIO CARDOSO, e de outro lado a firma _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº CNPJ _____, estabelecida à _____, _____, _____, CEP _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, residente na _____, _____, CEP _____, portador do(a) CPF _____, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão nº .9/2022-004 SRP e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto **aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança**

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E DO VALOR DO CONTRATO

1. Os preços dos serviços é aquele constante na Planilha apresentada pela CONTRATADA, sendo que o valor total do contrato é de R\$: _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

1. A CONTRATADA ficará obrigada cumprir os prazos apresentados em sua proposta e aceitos pela administração para entrega dos produtos, contado do recebimento da autorização para entrega dos produtos expedida pela Prefeitura Municipal.
2. Eventuais substituições dos produtos deverão ser iniciadas em até 48 horas a contar da notificação da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, sem prejuízo de outros fornecimentos autorizados.

CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **Pregão nº 9/2022-004**, realizado com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 bem como, pela aplicação subsidiária das disposições da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

1. A vigência deste contrato se estenderá a partir de sua assinatura até 31 de dezembro do ano corrente, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último e ficará sujeito aos termos do artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

1. Caberá ao CONTRATANTE:

- 1.1 - Permitir acesso dos técnicos da CONTRATADA às instalações do CONTRATANTE para o fornecimento dos materiais objeto do contrato;
- 1.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;



- 1.3 - Rejeitar qualquer material fornecido equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do **edital do Pregão n° 9/2022-004**;
- 1.4 - Impedir que terceiros forneçam os serviços objeto deste contrato;
- 1.5 - Solicitar que seja substituído os serviços que não atenda às especificações constantes do Anexo I do edital do **Pregão n° 9/2022-004**;
- 1.6 - Disponibilizar à CONTRATADA espaço físico em suas dependências para a execução de trabalhos simples, quando necessário; e
- 1.7 - Atestar as faturas correspondentes e supervisionar a entrega dos materiais.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Caberá à CONTRATADA:

1.1 - Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

- a) salários de seus empregados;
- b) seguros de acidente;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vales-refeição;
- f) vales-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

1.2. Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no Órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o mesmo;

1.3. Manter os seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho no Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

1.4. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos móveis, e outros bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante o fornecimento dos materiais objeto deste contrato;

1.5. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto do CONTRATANTE;

1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços realizados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.7. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar os serviços, por intermédio da Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE.

1.8 - Devolver os móveis retirados para manutenção e reformados limpos, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;

1.9 - Substituir os serviços realizados que forem rejeitados no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados do recebimento da comunicação;

1.10 - Reparar ou indenizar qualquer descaracterização de mobiliário decorrente dos serviços realizados pela CONTRATADA sem autorização prévia da Prefeitura Municipal;

1.11 - Não remover os bens e acessórios do local onde se encontram sem o consentimento prévio e por escrito de servidor responsável pelo Patrimônio do CONTRATANTE, quando for o caso;

1.12 - Fornecer todos os serviços necessário à execução do contrato, empregando sempre os materiais de primeira qualidade;

1.13 - Comunicar à Secretaria de Serviços Gerais do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

1.14 - Obter todas e quaisquer informações junto à Prefeitura Municipal necessárias à boa consecução dos trabalhos;

1.15 - Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

1. À CONTRATADA caberá, ainda:



- 1.1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
 - 1.2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
 - 1.3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e
 - 1.4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
- 1.1 - É expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE durante a execução dos serviços, objeto deste contrato;
 - 1.2 - É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
 - 1.3 - É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução dos serviços objeto deste contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pelo CONTRATANTE;
2. O servidor do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;
4. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução deste contrato, desde que aceito pela Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATESTAÇÃO

1. A atestação da execução dos serviços caberá ao servidor designado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DESPESA

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto deste Pregão, está a cargo da dotação orçamentária do ano em vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura no Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Bragança para fins de liquidação e pagamento, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, até o 30º (trigésimo) dia útil contado da entrega dos documentos.
2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a execução do serviço não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;
3. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato;
4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE;



5. O prazo de pagamento da execução dos serviços será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

5.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \implies I = \frac{6}{100} \implies I = 0,00016438$$

$$365 \quad 365$$

TX - Percentual da taxa anual = 6%

5.2 - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

5.3 - O pagamento mensal somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, conforme disposto no art. 67 da Lei n.º 8.666/93, e deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

1. No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do **Pregão Presencial nº 9/2022-004**, a Prefeitura poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 48 (quarenta e oito horas) para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Secretaria de Administração e Finanças;

II - Multa de 05% sobre o material não entregue para o caso de atraso injustificável;

III - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

IV - Multa de 15% sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total e 10% no caso de inexecução parcial, as quais serão apuradas proporcionalmente aos prejuízos causados a contratante.

17.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se



refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

17.3. As sanções previstas no inciso I poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos “IP”, “III” e “IV”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

17.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, se for o caso, além da perda desta, responderá a empresa responsável pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal ou, quando for o caso, cobrada judicialmente;

17.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de prestadores da entidade contratante e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2. A rescisão deste contrato poderá ser:

2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; ou

2.3 - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E Á PROPOSTA DA CONTRATADA

1. Este contrato fica vinculado aos termos do **Pregão N.º 9/2022-004**, e aos termos das propostas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da comarca de BRAGANÇA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

BRAGANÇA - PA, em ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____



.....
Pregão Presencial N° 9/2022-004 - ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2022-004**

À (*Entidade de Licitação*)

Prezados Senhores,

A (*nome da empresa*), CNPJ/MF n°....., sediada (*endereço completo*), vem apresentar a presente documentação para participar da licitação, modalidade pregão presencial n°.9/2022-004, em conformidade com o estabelecido no respectivo Edital.

Nesse sentido, declara que:

- Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Invólucro de n°. 02 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no Pregão de n°...9/2022-004.
- Está apresentando proposta para a **Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança**. Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte, observada as condições do Edital.

Local, data, ano.

(assinatura)

CPF

(carimbo)

.....
Pregão Presencial N° 9/2022-004 - ANEXO V

CARTA PROPOSTA DA LICITANTE

À (*Entidade de Licitação*)

Endereço:

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital, que tem como objeto o **Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança**, vimos apresentar a presente proposta de preços para fornecimento dos itens indicados no Termo de Referência – Anexo I, conforme o Edital mencionado, pelo valor total de (*preço da proposta em número e por extenso*), já inclusos todos os custos, lucros e encargos fiscais.

Outrossim, declaramos que:

- Que temos pleno conhecimento e aceitamos todas as condições do Edital assim como para contratação;
- Nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos;
- Garantimos que os materiais fornecidos serão substituídos, sem ônus para a Entidade requisitante, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos;
- Caso contratados, seremos responsáveis por quaisquer danos que venham a causar prejuízos a terceiros ou ao patrimônio da Administração, durante o fornecimento/prestação dos serviços/dos materiais, reparando, às nossas custas, os mesmos, sem que nos caiba nenhuma indenização por parte da Entidade requisitante.



Caso a nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos:

- A efetuar o completo fornecimento dos materiais no prazo previsto no Edital, contado a partir da data da assinatura do termo de Contrato ou da comunicação emitida pela CONTRATANTE;
- Em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data final prevista para sua entrega;
- Manter a proposta até que o contrato seja assinado, observada as condições do Edital.

Bragança/PA, ___ de ___ de 2022.

(assinatura) _____

CNPJ N°

(carimbo)

.....
Pregão Presencial N° 9/2022-004 - ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88

À (*Entidade de Licitação*)

Endereço

Prezados Senhores,

A (*nome da empresa*), CNPJ/MF n.º _____, sediada (*endereço completo*), declara, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Bragança/PA, ___ de ___ de 2022.

(assinatura) _____

CPF

(carimbo)

.....
Pregão Presencial N° 9/2022-004 - ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A (*nome da empresa*) inscrita no CNPJ n.º..... por intermédio do seu representante legal o (a) senhor (a) portador (a) da Carteira de identidade n.º..... e de CPF n.º..... DECLARA, para fins do disposto no item 2.2 do Edital do Pregão Presencial n.º.9/2022-004, sob as sanções administrativas e sob pena da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(...) MICROEMPRESA, conforme inciso, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(...) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a Empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

OBS: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

Bragança/PA, ___ de ___ de 2022.

(assinatura)



CPF
(carimbo)

.....
Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO VIII

DECLARAÇÃO COM BASE NO ART. 4º, VII, DA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2022-004-CPL/PMB

Declaramos para os devidos fins, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação para a participação deste **PREGÃO PRESENCIAL nº9/2022-004**, baseado no Art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002.
Bragança/PA, ___ de ___ de 2022.

(assinatura)
CPF
(carimbo)

.....
Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO OFERTADO

A (*empresa*) CNPJ/MF _____, situada à _____, por meio de seu representante legal ao final assinado, declara assumir inteira responsabilidade de entregar os produtos/serviços ofertados descrito na proposta de **preços do Pregão Presencial nº 9/2022-004**, de forma diária ou de acordo com a necessidade do Órgão Requisitante.

Declaramos ainda, que por motivo de força maior e caso fortuito, ou ausências de culpa de nossa parte, devidamente comprovada, em executar os serviços ofertados, submeterão a apreciação do Setor competente, novo produto igual ou equivalente, atendendo aos preços contratados, desde que aceito pela Administração.

Por fim, declaramos ter conhecimento das sanções aplicáveis no caso de descumprimento total ou parcial da execução do objeto do Pregão, nos termos da cláusula 12 do Edital e art. 78 da Lei 8.666/93.
Bragança/PA, ___ de ___ de 2022.

(assinatura)
CPF
(carimbo)

.....
Pregão Presencial Nº 9/2022-004 - ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ref: Edital PREGÃO PRESENCIAL nº 9/2022-004/PMB

OBJETO: Registro de para futura e eventual aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e hidráulicos, que visam a atender as demandas diversas, nas manutenções e pequenas reformas nas distintas unidades e centros de saúde no município de Bragança.

A (*nome da empresa*), CNPJ nº _____, sediada na _____ Cidade: _____, UF: _____, neste ato representado (a) por seu proprietário (a) Sr (a). _____, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, Cidade: _____, UF _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;



- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Bragança-PA, ____ de _____ de 201

(Assinatura)

CNPJ:

CPF:

.....
Pregão Presencial N° 9/2022-004 -ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS

A (*nome da empresa*), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, para os fins de cumprimento do exigido pelo Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2022-004, DECLARA** que tem pleno conhecimento do referido Edital e seus Anexos, bem como, que recebeu todos os documentos e informações necessárias, os quais possibilitaram a correta elaboração da respectiva **proposta para fornecimento dos produtos/serviços**, declarando por fim, que aceita e se submete a todas as condições estabelecidas no referido Edital e anexos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Bragança/PA, ____/____/ 2022.

(Assinatura)

CNPJ:

CPF: